DIARIO DO GOVERNO

A correspondencia official da capital e das provincias, franca de porte, bem como os periodicos que trocarem com o *Diario*, devem dirigir-se á *Imprensa Nacional*.
Anunciam-se todas as publicações literarias de que se receberem na mesma *Imprensa* dois exemplares com esse destino.

Assinaturas por anno 18\$000 | Anuncios, por linha 60
Ditas por semestre 10\$000 | Comunicados e correspondencias, por linha 60
Numero avulso, cada folha de quatro paginas 40
Em conformidade da carta de lei de 24 de maio e regulamento de 8 de agosto de 1903, cobrar-se-hão 10 réis de selo por cada anuncio publicado no *Diario do Governo*

A correspondencia para a assinatura do *Diario do Governo* deve ser dirigida á *Administração Geral da Imprensa Nacional*. A que respeitar á publicação de anuncios será enviada á *Rua Nova do Almada* n.º 39 e 41; devendo em qualquer dos casos vir acompanhada da respectiva importancia.

SUMMARIO

AO POVO PORTUGUÊS:
Constituição do Governo Provisorio da Republica Portuguesa.

AO EXERCITO E A ARMADA:
Saudação do Governo Provisorio ás forças de terra e mar que com o povo instituíram a Republica.

A CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA Á CIDADE DE LISBOA:
Saudação da Camara Municipal de Lisboa á cidade de Lisboa pela proclamação da Republica Portuguesa.

NOTA OFFICIAL:
Nota de ter o Governo Provisorio adoptado as providencias necessarias para garantir a segurança do Rei deposto e de sua familia.

MINISTERIO DA GUERRA:
Ordem do Exercito n.º 1 (2.ª serie), referida a 5 de outubro.

MINISTERIO DA MARINHA:
Anuncios, programmas e condições de concurso para aforamento de varios terrenos situados no districto da Lunda, na provincia de Angola.

AVISOS E ANUNCIOS OFFICIAES:
Administração do concelho de Oleiros, anuncio de concurso para provimento do logar de secretario da administração.
Biblioteca Nacional de Lisboa, relação das obras publicadas em Portugal e das portuguesas publicadas no estrangeiro que deram entrada na Biblioteca na semana finda em 24 de setembro.
Bolsa de Lisboa, cotação dos generos colonias na semana finda em 1 de outubro.
Observatorio do Infante D. Luis, boletim meteorologico.
Capitania do Porto de Lisboa, boletim do movimento da barra.

SUMMARIO DOS APPENDICES

N.º 408 — Mappa das despesas de marinha autorizadas e ordenadas em 1910-1911, até 30 de setembro de 1910.

AO POVO PORTUGUÊS

CONSTITUIÇÃO DO GOVERNO PROVISORIO DA REPUBLICA

Hoje, 5 de outubro de 1910, ás onze horas da manhã, foi proclamada a Republica de Portugal na sala nobre dos Paços do Municipio de Lisboa, depois de terminado o movimento da Revolução Nacional.

Constituiu-se immediatamente o Governo Provisorio: Presidencia, Dr. Joaquim Theophilo Braga.
Interior, Dr. Antonio José de Almeida.
Justiça, Dr. Affonso Costa.
Fazenda, Basilio Telles.
Guerra, Antonio Xavier Correia Barreto.
Marinha, Amaro Justiniano de Azevedo Gomes.
Estrangeiros, Dr. Bernardino Luis Machado Guimarães.
Obras Publicas, Dr. Antonio Luis Gomes.

AO EXERCITO E Á MARINHA

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa sauda as forças de terra e mar que com o povo instituíram a Republica para felicidade da Patria.

Confia no patriotismo de todos. E porque a Republica para todos é feita, espera que os officiaes do exercito e da armada que não tomaram parte no movimento revolucionario se apresentem no quartel general a garantir pela sua honra a mais absoluta lealdade ao novo regime.

No entretanto, os revolucionarios devem guardar todas as suas posições para defesa e consolidação da Republica. Lisboa, 5 de outubro de 1910.—Pelo Governo Provisorio, o Presidente, *Theophilo Braga*.

A CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA Á CIDADE DE LISBOA

Concidadãos.—A vereação republicana de Lisboa, reunida em sessão extraordinaria, congratula-se convosco pela proclamação da Republica Portuguesa, prestando calorosa homenagem ao patriotismo, á bravura e á coragem dos militares e civis que concorreram para a sua proclamação e, deplorando commovidamente o sangue derramado durante as tragicas jornadas de 3, 4 e 5 de outubro.

Recordando todas as grandes revoluções da historia patria e estranha, nenhuma excede em civismo, em desdem pela propria vida e em generosidade a que os nossos

olhos pasmos contemplaram; nenhuma cidade conhecemos que tão legitimamente haja conquistado o direito de governar-se por si e pelos seus eleitos.

Não basta, porem, proclamar a Republica; é mester agora consolidá-la e acreditá-la, construindo sobre os escombros do passado um futuro de paz e de ordem, em que a sciencia e o trabalho substituam o preconceito e o privilegio.

Para isso carecemos, mais do que nunca, da vossa illimitada dedicação e da vossa intima e fraternal solidariedade. Irmãos na tarefa ingrata, mas necessaria, da demolição, irmãos devemos continuar na tarefa, menos penosa mas não menos difficil, da pacificação e reconstrução, não esquecendo a maxima tolerancia e piedade para com os vencidos.

Para isso contamos convosco, como vós podeis contar connosco, e unidos ambos, Cidade e Camara, em breves dias a vida normal, ordeira e laboriosa, apagará a memoria dos iniquos e tenebrosos tempos passados.

Para vós, cidadãos de Lisboa, será isso tanto mais facil quanto, mudando de regime, não mudaes de administração municipal. Tinheis já a administração republicana. Com ella continuaes. A unica differença consiste em Camara Municipal e Governo do Estado viverem, de ora em diante, cordeal e fraternalmente unidos para maior formosura e fortuna da cidade.

Cidadãos de Lisboa, a vossa Camara Municipal saudavos, saudando tambem:

A bravura indomita dos marinheiros e soldados da Revolução.

O heroismo dos voluntarios civis!
A perfeita honestidade e generosidade da população!
A memoria dos mortos e a dor dos feridos!
A amargura das familias dos martyres da Republica e dos que, resistindo-lhe, julgavam cumprir o seu dever!
Viva a Cidade de Lisboa!
Viva a Republica Portuguesa!

A. Braamcamp Freire.
Manuel Antonio Dias Ferreira.
Affonso de Lemos.
José Mendes Nunes Loureiro.
José Miranda do Valle.
José Verissimo de Almeida.
Manuel de Sá Pimentel Leão.
Miguel Ventura Terra.
Antonio Alberto Marques.
Carlos Victor Ferreira Alves.
José Soares da Cunha e Costa.

NOTA OFFICIAL

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa logo que assumiu o exercicio das suas funções tomou todas as medidas necessarias para poder garantir a segurança do Rei deposto e de sua familia, na hypothese de que ao Governo seja dado conhecimento do logar onde elles se encontram e da via, maritima ou terrestre, que escolhem para sair do territorio nacional.

MINISTERIO DA GUERRA

Repartição Central

N.º 1

Secretaria d'estado dos negocios da guerra
5 de outubro de 1910

ORDEM DO EXERCITO

(2.ª Serie)

Publica-se ao exercito o seguinte:

1.º Foi destituido do cargo de Ministro da Guerra o general de brigada José Nicolau Raposo Botelho, juntamente com as instituições monarchicas.
2.º Em nome do povo português foi aclamado Ministro da Guerra do Governo Provisorio da Republica Portuguesa o coronel do estado maior de artilharia Antonio Xavier Correia Barreto.

Antonio Xavier Correia Barreto.

Está conforme.—Pelo Director Geral, *Joaquim Augusto Teixeira de Sequeira*, general de brigada.

MINISTERIO DA MARINHA E ULTRAMAR

Direcção Geral do Ultramar

3.ª Repartição

Para os devidos effeitos se annuncia que, pelas quatro horas da tarde do dia 25 de novembro do corrente anno, na secretaria do Governo Geral da provincia de Angola, e perante uma commissão para esse fim opportunamente nomeada, deverá ter logar o concurso para a adjudicação por aforamento de 1:000 metros quadrados de terreno baldio, requerido por Antonio R. Guimarães & C.ª, sito na Zaga, concelho de Malange, districto da Lunda, na provincia de Angola, confinando pelo norte e nascente com a linha ferrea de Malange, sul, nascente e poente com os terrenos baldios, em conformidade do programma do concurso e condições abaixo transcritas.

Programma do concurso

1.ª
As propostas serão recebidas pelo presidente da commissão supra mencionada durante um periodo de um quarto de hora, procedendo-se decorrido esse periodo á sua abertura.

2.ª
As propostas serão escritas em português nos seguintes termos:

«O abaixo assinado obriga-se a aforar o terreno sito em . . . , districto de . . . , na provincia de . . . , a que se refere o annuncio de . . . , de . . . , publicado nos n.ºs . . . de . . . , nas condições annexas ao mesmo annuncio, pelo foro annual de . . . réis, por . . . ».

Estas propostas serão fechadas em sobrescritos sem designação alguma exterior.

3.ª
Cada proposta deve ser acompanhada por um certificado de haver o concorrente depositado á ordem do Ministerio da Marinha e Ultramar, ou do governador do districto da Lunda, conforme o deposito for respectivamente feito na Caixa Geral de Depositos ou no cofre da Fazenda provincial ou do supracitado districto, a quantia de 5 réis, em moeda corrente.

4.ª
No caso do concorrente ser estrangeiro, deverá juntar á proposta uma declaração autentica de que se sujeita ás leis e aos tribunales portugueses, em tudo quanto tiver relação com a sua concessão, no caso de esta vir a ser-lhe adjudicada, e um documento pelo qual prove que está naturalizado ou reside em territorio português ha mais de seis meses.

5.ª
O concorrente poderá fazer-se representar por procurador bastante, devendo neste caso juntar tambem á sua proposta procuração com poderes especiaes para todos os actos do concurso e da licitação, quando esta deva ter logar.

6.ª
As propostas, de preço do foro, a que se refere a condição 2.ª, serão encerradas, com os documentos designados nas condições 3.ª, 4.ª e 5.ª, num sobrescrito com a seguinte legenda:

«Proposta para o aforamento de . . . , no terreno sito em . . . , districto de . . . , na provincia de . . . , a que se refere o annuncio publicado nos . . . n.ºs . . . , de . . . ».

7.ª
Serão excluidas do concurso as propostas que não satisfizerem ás condições 2.ª, 3.ª, 4.ª, 5.ª e 6.ª d'este programma.

8.ª
Não serão consideradas quaesquer ofertas de vantagens alem da oferta de preço, que nunca poderá ser inferior á base para a hasta publica.

9.ª
Quando dois ou mais concorrentes tiverem oferecido o mesmo preço de foro e este seja maximo entre todas as propostas, proceder-se-ha em acto continuo a licitação verbal, somente entre os ditos concorrentes, pelo espaço de um quarto de hora, sendo os lances oferecidos pelos concorrentes segundo a ordem de recepção das respectivas propostas.

10.ª
O Governo reserva-se o direito de não confirmar a adjudicação feita pelo governador geral de Angola quando isso convenha aos interesses do Estado.

11.ª
Perderá o direito á concessão e ao deposito designado na condição 3.ª o concorrente preferido que não apresentar na Direcção Geral do Ultramar, ou na secretaria do Governo